



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
EDITAL Nº 001/2016
DATA DA PROVA: 05/06/2016

CARGO:
PROCURADOR JURÍDICO
(NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: Questões 01 a 10; **Matemática:** Questões 11 a 20;

Conhecimentos Gerais: Questões 21 a 30; **Conhecimentos Específicos:** Questões 31 a 45.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
14	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 10 - LÍNGUA PORTUGUESA

Considere a seguinte estrofe, extraída do poema épico *Os Lusíadas*, escrito por Luís de Camões no século XVI. e responda às questões de 01 a 05:

*“A lei tenho daquele, a cujo império
Obedece o visível e invisível;
Aquele que criou todo o Hemisfério,
Tudo o que sente, e todo o insensível;
Que padeceu desonra e vitupério,
Sofrendo morte injusta e insofrível,
E que do Céu à Terra, enfim desceu,
Por subir os mortais da Terra ao Céu”.*

01. Este fragmento poético contempla um importante valor cultural português à época das Grandes Navegações. Isto posto, assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta do seu sentido:

- a) A ideia central da estrofe é demonstrar a igualdade de sentido das três grandes religiões monoteístas: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo.
 - b) O discurso apresentado em verso serve para se ressaltar o poder absoluto que caracterizava a monarquia portuguesa no período quinhentista.
 - c) O principal tema desse fragmento poético é o sofrimento vivenciado pelos judeus em Portugal, devido à atuação da Inquisição.
 - d) Os versos representam a religiosidade portuguesa do século XVI, caracterizada pela crença em um Deus encarnado, morto e ressuscitado.
-

02. No penúltimo verso dessa estrofe, aparece um sinal indicativo de crase, ligando as palavras “céu” e “terra”. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- a) O sinal indicativo de crase seria dispensável nesta frase, sem qualquer prejuízo ao sentido original.
 - b) Neste caso, para se manter o sentido pretendido pelo poeta, o sinal indicativo de crase é obrigatório.
 - c) Trata-se de situação em que o uso do sinal indicativo de crase é facultativo, sem que isso altere o sentido do verso.
 - d) No trecho em questão, entre as palavras “céu” e “terra”, não aparece sinal indicativo de crase, mas sim um acento agudo, para marcar a sílaba tônica.
-

03. Considere as seguintes palavras que aparecem nesse fragmento de *Os Lusíadas*: império, invisível, hemisfério, insensível, vitupério, insofrível, desceu e céu. Qual a classe gramatical de cada um desses termos, respectivamente?

- a) Adjetivo, substantivo, adjetivo, substantivo, adjetivo, substantivo, verbo e adjetivo.
 - b) Substantivo, adjetivo, substantivo, adjetivo, substantivo, adjetivo, verbo e substantivo.
 - c) Pronome, adjetivo, pronome, advérbio, verbo, substantivo, adjetivo e verbo.
 - d) Substantivo, advérbio, adjetivo, substantivo, advérbio, verbo, verbo e adjetivo.
-

04. Releia os dois primeiros versos da estrofe: *“A lei tenho daquele, a cujo império obedece o visível e invisível”*. Em relação ao verbo “obedece”, assinale a alternativa correta:

- a) Poderia ter sido empregado no plural, sem que se alterasse o sentido do verso.
 - b) Está empregado no singular corretamente, e não poderia ser conjugado no plural.
 - c) Poderia ter sido conjugado no plural, mas o sentido do texto ficaria adulterado.
 - d) Foi empregado no singular por lapso do poeta, pois precisaria estar no plural.
-

05. No quinto verso da estrofe em questão, o poeta emprega a palavra “vitupério”. Assinale a alternativa que contempla um sinônimo desse termo.

- a) Desafronta.
 - b) Injúria.
 - c) Glória.
 - d) Soberba.
-

Leia a seguinte reflexão do escritor Millôr Fernandes, retirada de seu livro *A Bíblia do Caos*, para responder às questões 6 e 7:

“A notoriedade do advogado de defesa aumenta na medida em que ele faz voltar à circulação, com atestado de homens de bem, os piores assassinos, ladrões e contraventores.”

06. A respeito da interpretação do sentido dessa frase, assinale a alternativa correta:

- a) O engajamento político do autor é evidente, pois propõe conscientemente que a justiça social deve se estabelecer sempre, a despeito da corrupção na política.
- b) A vinculação desse pensamento à ideologia comunista é notória: para o seu autor, não deveria haver desigualdades socioeconômicas, nem entre criminosos e advogados.
- c) O humor da frase reside justamente em sua ironia, ao sugerir que, quando o advogado faz um mal à sociedade, ele é tido por bom profissional.
- d) A crítica de Millôr Fernandes ao exercício da advocacia é marcada pela seriedade, sem que haja lugar na frase para qualquer tipo de irreverência.

07. Em relação à estrutura textual dessa reflexão de Millôr Fernandes, assinale a alternativa correta:

- a) A linguagem utilizada é formal e adequada à norma padrão da Língua Portuguesa, não obstante o seu caráter irônico.
- b) O autor emprega linguagem vulgar e coloquial, com o objetivo de impactar os seus leitores.
- c) A frase contém erros grosseiros de gramática e ortografia, mas isso não prejudica a sua compreensão pelo leitor.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Analise o seguinte fragmento textual, extraído de um dos sermões do orador português Padre Antônio Vieira, e responda às questões de 8 a 10:

“Duas coisas prega hoje a Igreja a todos os mortais, ambas grandes, ambas tristes, ambas temerosas, ambas certas. Mas uma de tal maneira certa e evidente, que não é necessário entendimento para crer; outra de tal maneira certa e dificultosa, que nenhum entendimento basta para a alcançar. Uma é presente, outra futura, mas a futura vêem-na os olhos, a presente não a alcança o entendimento. E que duas coisas enigmáticas são estas? Pulvis es, tu in pulverem reverteris: Sois pó, e em pó vos haveis de converter”.

08. Assinale a alternativa que indica corretamente o termo que exerce a função sintática de sujeito na primeira oração desse trecho:

- a) Duas.
- b) Coisas.
- c) Igreja.
- d) Mortais.

09. Todo esse trecho é estruturado em torno da ideia de que a Igreja ensina dois princípios sobre a existência humana. De acordo com o autor, quais são esses princípios?

- a) A bondade do homem e a severidade de Deus.
- b) A fragilidade do homem em relação ao presente e em relação ao futuro.
- c) Os poderes de julgar e de perdoar da divindade judaico-cristã.
- d) A importância do latim para o cristianismo, e do hebraico para o judaísmo.

10. Na última frase desse trecho, aparece uma sentença bíblica em latim, seguida de dois pontos. Assinale a alternativa que indica a função exercida pelos dois pontos nessa situação.

- a) Advertência.
- b) Conclusão.
- c) Divagação.
- d) Explicação.

11. Qual o maior valor possível para y na equação

$$y = -x^2 + 6x + 4 ?$$

- a) + 13
- b) - 26
- c) + 3
- d) + 52

12. Um ser humano possui entre 7 a 8% de sangue de sua massa corporal total. Supondo que uma mulher de 75 kg doe 0,400 kg de sangue, qual porcentagem de seu sangue estará doando, aproximadamente?

- a) 7%
- b) 14%
- c) 2%
- d) 23%

13. Uma torneira goteja a uma taxa de 2 mL por minuto. Quantos litros serão desperdiçados por dia devido a esse gotejamento?

- a) 2,88 L.
- b) 1,44 L.
- c) 172,8 L.
- d) 32,78 L.

14. Três números formam uma Progressão Geométrica de razão 3. Se somarmos 2 ao termo central, os números passam a formar uma Progressão Aritimética de razão 4. Qual a soma do primeiro e do terceiro termo?

- a) 23.
- b) 72.
- c) 75.
- d) 10.

15. Dois amigos possuem a mesma quantidade de dinheiro. Percebem que se um deles der R\$ 100,00 para o outro, o que recebeu ficará com cinco vezes mais dinheiro que o que deu o dinheiro. Qual a quantia total de dinheiro que os dois possuem juntos?

- a) R\$ 150,00.
- b) R\$ 300,00.
- c) R\$ 600,00.
- d) R\$ 100,00.

16. Um retângulo possui perímetro igual a 20 cm. Qual a expressão de sua área "A" em função de um de seus lados "x"?

- a) $A(x) = 10x - x^2$
- b) $A(x) = 2x + 2y$
- c) $A(x) = x^2 + x$
- d) $A(x) = 5x + x^2$

17. Um estudante possui 7 camisetas, 7 shorts e 7 meias, sendo que cada uma das peças de cada tipo possui uma das cores do arco-íris. De quantas formas possíveis esse estudante pode se vestir para sair de casa?

- a) 97.
- b) 21.
- c) 343.
- d) 128.

18. Qual o produto entre os valores de x para os quais as equações abaixo possuem o mesmo y ?

$$y = 2x^2 + 3x - 5$$
$$y = 1 - x$$

- a) + 3
- b) + 5
- c) - 3
- d) + 0

19. Em um lançamento de uma moeda, qual a probabilidade de conseguir-se que esta caia com a coroa virada para cima 4 vezes em sequência?

- a) 20%
- b) 3,33%
- c) 12,5%
- d) 6,25%

20. Carlos tem uma conta a pagar de R\$250,00. Essa conta está atrasada há 10 dias e, na fatura, está escrito que para cada dia de atraso será cobrado 2% de juros. Se a forma de cobrança for de juros simples, quanto ele deverá pagar se quitá-la hoje?

- a) R\$ 255,00.
- b) R\$ 304,75.
- c) R\$ 300,00.
- d) R\$ 350,00.

QUESTÕES 21 A 30 - CONHECIMENTOS GERAIS

21. Assinale a alternativa que apresenta uma sentença correta sobre a constituição histórica do território brasileiro.

- a) A afirmação de que o país é "gigante pela própria natureza", conforme expresso no Hino Nacional, enfatiza o caráter histórico do processo de formação do seu território.
- b) Foi apenas em meados do século XX que o território brasileiro tornou-se, de fato, grandioso, devido à descoberta de metais preciosos, naquele século, em Minas Gerais.
- c) A formação do território brasileiro foi resultado de um processo histórico gradual e de longa duração, cujas raízes remontam ao seu período colonial.
- d) O atual território brasileiro já estava muito bem definido antes mesmo das grandes navegações portuguesas, a partir do século XV.

22. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, a população mundial é estimada atualmente em cerca de 7,4 bilhões de pessoas. A respeito da distribuição dos habitantes no mundo, assinale a alternativa correta.

- a) A população dos Estados Unidos da América é maior do que a da Índia e China juntas.
- b) O Brasil é o quinto país mais populoso do mundo, com mais de 200 milhões de habitantes.
- c) O país mais populoso do mundo é a Indonésia, com mais de um bilhão de habitantes.
- d) Não há qualquer país do mundo que conte com mais de um bilhão de habitantes em seu território.

23. De acordo com o texto constitucional, a República do Brasil está estruturada em torno de determinados objetivos. Assinale a alternativa que NÃO contempla um desses objetivos.

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Erradicar o pluralismo político.
- c) Garantir o desenvolvimento nacional.
- d) Reduzir as desigualdades sociais e regionais.

24. Ainda no período colonial brasileiro, a mineração teve grande relevância econômica, especialmente no século XVIII. Dentre os estados brasileiros, há três cujas origens históricas dizem respeito à atividade mineradora. Quais estados são esses?

- a) Amazonas, Maranhão e Bahia.
- b) Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.
- c) Pará, Rio Grande do Norte e Minas Gerais.
- d) Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

25. Em maio de 1948, de acordo com resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), foi oficialmente criado o Estado de Israel. Imediatamente antes disso, a região da Palestina era administrada por qual país?

- a) Alemanha.
 - b) Estados Unidos da América.
 - c) Reino Unido da Grã-Bretanha.
 - d) República do Irã.
-

26. Considere a seguinte notícia jornalística, veiculada em outubro de 2011, e assinale a alternativa que corresponde ao seu assunto.

“Anunciamos ao mundo inteiro que Khadafi foi morto às mãos das forças revolucionárias”, declarou oficialmente ao início desta tarde o porta-voz do Conselho Nacional de Transição (CNT), Abdel Hafez Ghoga, numa conferência de imprensa em Bengasi, sede do poder. “É um momento histórico, é o fim da tirania e da ditadura. Khadafi encontrou o seu destino”, regozijou-se. (Fragmento extraído do jornal Público).

- a) A notícia diz respeito ao fim de um governo tirânico no Egito.
 - b) O trecho em questão trata da morte de um ex-ditador da Líbia.
 - c) O porta-voz do CNT lamenta a morte de um governante da Arábia Saudita.
 - d) O assunto da notícia é a resolução violenta do conflito israelo-palestino.
-

27. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há dezessete municípios brasileiros que contam com mais de um milhão de habitantes. Assinale a alternativa que indica um desses municípios.

- a) Curitiba.
 - b) Pelotas.
 - c) Ribeirão Preto.
 - d) Olinda.
-

28. Em 1853, durante o período imperial brasileiro, o Paraná emancipou-se politicamente, tornando-se uma província independente. Imediatamente antes disso, o Paraná era:

- a) uma unidade independente, mas tinha outro nome.
- b) governado diretamente pelo Reino de Portugal.
- c) sujeito à jurisdição do Rio de Janeiro.
- d) vinculado politicamente à Província de São Paulo.

29. Leia o seguinte trecho de notícia jornalística, publicada em maio deste ano, a respeito de uma visita do presidente americano Barack Obama a uma determinada cidade:

“O objetivo desse deslocamento não é pedir desculpas pela decisão - tomada há setenta e um anos - de recorrer à arma nuclear, mas oferecer ‘uma perspectiva focalizada em nosso futuro compartilhado’, destacou a Casa Branca nesta terça-feira, consciente do caráter sensível dessa visita altamente simbólica”. (Fragmento extraído do Portal de Notícias Swissinfo.ch)

Com base nos fatos indicados na notícia e em aspectos históricos sobre o mundo, assinale a alternativa que indica o nome da cidade em questão.

- a) Berlim.
 - b) Jerusalém.
 - c) Hiroshima.
 - d) Paris.
-

30. Leia a seguinte notícia e assinale a alternativa que descreve o assunto atual que lhe diz respeito:

“Nesta terça-feira, um carro preto foi depredado durante protesto de taxistas no Centro de São Paulo. O veículo seguia no sentido Aeroporto de Congonhas quando avançou na direção dos taxistas. O carro foi cercado pelos manifestantes, que chutaram e deram socos. O porta-malas foi amassado e o vidro traseiro, quebrado.” (Trecho extraído de notícia veiculada pelo G1, em 11/05/2016).

- a) A preocupação dos taxistas com a cor dos seus automóveis.
- b) O estímulo ao uso de bicicletas nas grandes cidades.
- c) A concorrência entre taxistas e um novo serviço de transporte urbano.
- d) A urgência de se diminuir o número de táxis em São Paulo.

QUESTÕES 31 A 45 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagra o direito de expressão e de livre manifestação do pensamento, de um lado, e o direito à vida privada e à intimidade, de outro. Direitos estes que podem, eventualmente, entrar em choque. Não raras vezes, o Supremo Tribunal Federal é chamado a pronunciar-se sobre conflitos entre direitos igualmente protegidos pela Carta Magna. Com base no texto da Constituição e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) A liberdade de expressão e de reunião não engloba o direito de os cidadãos manifestarem, em via pública, reunidos em grupo, mediante “passeatas”, repulsa à criminalização de drogas, sustentando de forma aberta a legalização do uso de substâncias psicotrópicas.

b) O direito à livre manifestação de pensamento, consubstanciado em publicação de obra literária ou audiovisual biográfica, deve ser exercido somente mediante autorização expressa do biografado.

c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo inexigível prévio aviso à autoridade competente.

d) A Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/1967) não foi recepcionada pela ordem constitucional de 1988. Assentou o Supremo Tribunal Federal, nesse caso, que o bloco de direitos que dão conteúdo à liberdade de imprensa tem precedência sobre o bloco de direitos à honra, à imagem, à intimidade e à vida privada.

32. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a acumulação remunerada de cargos públicos é, em regra, vedada, sendo excepcionada e permitida a acumulação de:

a) Dois cargos de professor, havendo compatibilidade de horário, sendo respeitado, nesse caso, o teto remuneratório do serviço público, mesmo que isso signifique retenção de parcela da remuneração.

b) Dois cargos de professor com um outro técnico ou científico, havendo compatibilidade de horários.

c) Dois cargos de profissional de saúde, havendo compatibilidade de horário, mesmo no caso de a profissão não ser regulamentada.

d) Dois cargos de professor, independentemente da carga horária dos respectivos cargos e de haver compatibilidade de horários.

33. Há solidariedade quando na mesma obrigação concorrem mais de um credor ou mais de um devedor, cada qual com direito ou obrigado à dívida toda. De acordo com o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

a) A solidariedade não se presume e sempre decorre da lei.

b) O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, mas o julgamento favorável aproveita-lhes, sem prejuízo de exceção pessoal, que o devedor tenha direito de invocar em relação a qualquer deles.

c) Na solidariedade passiva, o credor não pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores.

d) Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum desses será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, ainda que a obrigação seja indivisível.

34. O civilista Flávio Tartuce conceitua o contrato de prestação de serviços como “o negócio jurídico pelo qual alguém - o prestador - compromete-se a realizar uma determinada atividade com conteúdo lícito, no interesse de outrem - o tomador -, mediante certa e determinada remuneração.” De acordo com as regras do Código Civil de 2002, é INCORRETO afirmar que:

a) A alienação do prédio agrícola, onde a prestação dos serviços se opera, importa a rescisão do contrato.

b) Não havendo prazo estipulado, nem se podendo inferir da natureza do contrato, ou do costume do lugar, qualquer das partes, a seu arbítrio, mediante prévio aviso, pode resolver o contrato.

c) A prestação de serviço não se poderá convencionar por mais de quatro anos, embora o contrato tenha por causa o pagamento de dívida de quem o presta, ou se destine à execução de certa e determinada obra.

d) Não se tendo estipulado, nem chegando a acordo as partes, fixar-se-á por arbitramento a retribuição, segundo o costume do lugar, o tempo de serviço e sua qualidade.

35. O Livro V do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) denomina-se “Tutela Provisória”. O primeiro artigo desse livro estabelece que a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou em evidência. Sobre o tema, é INCORRETO afirmar que:

a) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

b) A concessão da tutela de evidência exige a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

c) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

d) A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará à lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

36. Acerca dos Recursos Extraordinário e Especial, de acordo como Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), é correto afirmar que:

a) O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou especial poderá ser efetuado diretamente ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a interposição

do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame preventivo para julgá-lo.

b) O juízo de admissibilidade do recurso extraordinário e do recurso especial não é realizado pelo tribunal recorrido, devendo o recurso ser remetido ao tribunal superior logo após o prazo para a apresentação das contrarrazões.

c) O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça não poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, mesmo que não o repute grave.

d) Após a apresentação das contrarrazões dos recursos extraordinário ou especial, os autos serão conclusos ao presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá realizar juízo de admissibilidade.

37. Em uma sociedade globalizada e marcada pela internacionalização do comércio e dos negócios jurídicos, bem como pela facilidade da comunicação, são cada vez mais frequentes situações nas quais os Estados precisam da ajuda uns dos outros para aplicarem o direito em seus territórios. Nessa linha, o novo Código de Processo Civil possui capítulo denominado "Cooperação Internacional". Sobre o tema, é INCORRETO afirmar que:

a) Compete ao juiz estadual do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

b) Na cooperação jurídica internacional não será admitida a prática de atos que contrariem ou que produzam resultados incompatíveis com as normas fundamentais que regem o Estado brasileiro.

c) Cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de deliberação no Brasil.

d) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

38. As limitações constitucionais ao poder de tributar constituem-se em importantes garantias dos contribuintes. A limitação que proíbe a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os houver instituído ou aumentado, descreve o seguinte princípio:

a) Princípio da legalidade.

b) Princípio da anterioridade.

c) Princípio da anualidade.

d) Princípio da irretroatividade.

39. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é INCORRETO afirmar que:

a) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

b) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

c) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

d) A norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

40. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Acerca da responsabilidade extracontratual do Estado, é correto afirmar que:

a) A responsabilidade civil do Estado por danos causados pelos seus agentes é objetiva e a indenização restringe-se somente aos danos materiais, não abrangendo eventuais danos morais.

b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, com fundamento na teoria do risco integral, sendo descabidas, portanto, alegações de excludentes de responsabilidade.

c) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, com fundamento na teoria do risco administrativo, admitindo-se, por exemplo, excludente de responsabilidade em razão de culpa exclusiva da vítima.

d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica respondem objetivamente pelos danos causados, em razão de a responsabilidade civil do Estado ser objetiva.

41. Os atos administrativos são espécies do gênero atos jurídicos, dotados de atributos próprios, sujeitos a um regime jurídico próprio, cujo fundamento reside na supremacia do interesse público. Sobre os atributos do ato administrativo, assinale, abaixo, a única alternativa correta.

a) O atributo da presunção de legitimidade confere a todo ato administrativo a presunção "iure et de iure" de que o ato é válido.

b) O atributo da autoexecutoriedade permite à Administração a execução material do ato administrativo, desde que seja obtida autorização judicial.

c) O atributo da tipicidade deriva do princípio da legalidade, proibindo a Administração de praticar atos atípicos, de forma a ser sempre observada a finalidade específica definida pela lei para cada espécie de ato administrativo.

d) A imperatividade ou coercibilidade consiste em atributo que vincula a própria Administração Pública, mas não os particulares.

42. Sobre a suspensão e a interrupção do contrato de trabalho, de acordo com as disposições da Consolidação das Leis Trabalhistas, é INCORRETO afirmar que:

a) O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho por 24 (vinte e quatro) meses.

b) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.

c) Ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.

d) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

43. Considerando os reflexos da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) no Direito Processual do Trabalho, assinale a alternativa correta.

a) Não se aplica ao Direito Processual do Trabalho o Art. 489 do Novo Código de Processo Civil, que trata da sentença e de sua fundamentação, em face de incompatibilidade com o sistema processual trabalhista.

b) O cabimento dos embargos de declaração no Processo do Trabalho, para impugnar qualquer decisão judicial, rege-se integralmente pelo novo Código de Processo Civil, tendo sido revogadas as disposições pertinentes à matéria constantes da CLT.

c) Aplica-se ao Processo do Trabalho o parágrafo único do Art. 1034 do CPC, a seguir transcrito: "admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial por um fundamento, devolve-se ao tribunal superior o conhecimento dos demais fundamentos para a solução do capítulo impugnado." Assim,

admitido o recurso de revista por um fundamento, devolve-se ao Tribunal Superior do Trabalho o conhecimento dos demais fundamentos para a solução apenas do capítulo impugnado.

d) O Novo Código de Processo Civil assevera que a insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias. No Processo do Trabalho, a insuficiência ali referida abrange também o depósito recursal.

44. A Lei Orgânica do Município de Marechal Cândido Rondon reservou um capítulo próprio para tratar do orçamento público. Sobre o assunto, é INCORRETO afirmar que:

a) A lei de diretrizes orçamentárias de âmbito municipal disporá sobre a alteração na legislação tributária, a autorização para concessão de aumento de remuneração dos servidores públicos, bem como sobre a orientação para elaboração do plano plurianual.

b) Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

c) A contabilidade do Município obedecerá, na organização de seu sistema administrativo e informativo e nos seus procedimentos, aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas estabelecidas na legislação pertinente.

d) Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciados pela Câmara Municipal

45. Assinale, abaixo, a única alternativa INCORRETA, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Marechal Cândido Rondon.

a) Ao Poder Público cabe criar órgãos, proporcionar espaços físicos adequados para o desenvolvimento das atividades culturais, dotando-as de recursos humanos, materiais e financeiros, promovendo pesquisas, cursos, preservação, veiculação e ampliação dos seus acervos, proteger os espaços destinados às manifestações artísticas e culturais do povo rondonense ou em seu nome, bem como estimular o intercâmbio entre órgãos competentes e a comunidade.

b) Na formulação e desenvolvimento dos programas de assistência social, o Município buscará a participação das associações representantes da comunidade, mas não estimulará a educação cooperativista.

c) É de responsabilidade do Município, no campo de sua competência, a realização de investimentos para formar e manter a infraestrutura básica capaz

de atrair, apoiar ou incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, seja diretamente ou mediante delegação ao setor privado para este fim.

d) O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45